

# RAÍZES COLONIAIS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Gottfried Stockinger

*Departamento de Sociologia/UFPA*

**Resumo:** A questão da compreensão histórica e teórica do processo de expansão colonial – raiz da globalização atual – e o seu papel ambíguo na supressão/libertação do potencial produtivo em colônias de povoamento constituem o objetivo central deste artigo. A Amazônia serve de pano de fundo. Consideramos primeiro alguns pressupostos clássicos da formação original das relações históricas entre capital e trabalho na Europa, comparando suas contradições com relações surgidas na “outra ponta” do processo de globalização do sistema mercantil-capitalista que entravaram ou impulsionaram o desenvolvimento capitalista regional e nacional. Mostramos que as relações sociais em diferentes estruturas produtivas da economia natural (de subsistência) se mantêm e desenvolvem desde a época colonial até os dias atuais num sentido não previsto pela teoria clássica. Chegamos à conclusão geral que, na realidade, o que assistimos de regiões colonizadas é o surgimento de uma formação social fruto do processo histórico de globalização das relações mercantis, que tem seus traços caracterizados pela resistência secular ao processo de destruição da economia natural.

**Palavras-chave:** colonialismo, globalização, sistema mercantil.

## THE COLONIAL ROOTS OF THE GLOBALIZATION PROCESS

**Abstract:** This article aims to provide an historical and theoretical analysis of the process of colonial expansion – precursor of present-day globalization – and its ambiguous role in both the suppression and liberation of productive potential within the colonized communities; in this regard, Amazonia serves as the background setting. The analysis begins with a consideration of classical assumptions concerning the historical relationship between labor and capital in Europe, and then compares contradictions which emerged with globalized capitalism that stimulated or delayed regional and national development. It is concluded that within the colonized regions one is now witnessing the emergence of a new social formation, itself a product of the historical relations between globalization and mercantilism, and characterized by a century of resistance against efforts to destroy local and national economies.

**Key words:** colonialism, globalization, mercantile system.

A expansão europeia e a colonização do Brasil constituem elementos importantes do processo chamado, atualmente, de globalização. O início deste pro-

cesso deixou profundas marcas ao longo de toda a história, essencialmente caracterizadas por uma não-linearidade, provocando o aparecimento de contradições pro-

---

Endereço do autor: Universidade Federal do Pará, Campus Universitário, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de Sociologia). Rua Augusto Corrêa, n. 1 – Guamá, Belém/PA, Brasil, CEP: 66075-900.

fundas que se mostram até os dias atuais. Mesmo hoje, quando o Brasil é tido como um dos países mais desenvolvidos no círculo dos países “em desenvolvimento”, mantém-se, em vastas áreas, formas de produção e exploração pré-mercantis, como se pode ver com mais detalhes no exemplo da Amazônia.

O Brasil tem uma elevada taxa de urbanização, cresce economicamente a ritmos relativamente consideráveis e mantém uma participação da indústria no Produto Interno Bruto - PIB comparável aos países ditos desenvolvidos. Apesar disso, milhões de analfabetos e uma boa parte da população vivendo abaixo do limite de pobreza mostram que este processo, chamado de “desenvolvimento”, não significou um avanço linear no que se refere ao aumento do bem-estar geral do total da população do país. Mesmo assim, puseram-se em marcha processos produtivos e criativos, dos quais a constituição de uma infra-estrutura comunicativa, até o último canto da floresta amazônica (embora com predominância variada de um lugar para outro) parece um dos mais importantes. Portanto, no interior do Brasil moderno, comparado no conjunto global das nações, há um “outro Brasil”, pouco conectado com o global, movimentando-se na esfera local, informal e marginal.

No que se refere à Amazônia, esta informalidade e delimitação tem sido interpretada como um atraso relativo, se for comparado a outras regiões do Brasil, o que acentua os contrastes em várias esferas, formando um panorama no qual coexistem as relações pré-capitalistas mais tradicionais com os métodos mais modernos de produção e exploração. Sua história social desde os primórdios coloniais até os dias de hoje, revela-se como o desen-

volvimento deste setor informal, que constitui uma boa parte do mercado interno da região, ficou sufocado, nos diversos ciclos e períodos históricos, embora a resistência secular e a afirmação de sua individualidade sejam fatos reais. A Cabanagem e o Ciclo da Borracha constituem, na conexão dos fatos, exemplos típicos dessa individualidade, já que é esse movimento social que prepara o terreno para a penetração do capital mercantil, sem conseguir compreender ainda a necessidade da unidade regional para se integrar com maior força a um Brasil soberano (Di Paolo, 1986).

Já no limiar das transformações “modernizadoras”, de 1960 aos dias atuais, verificam-se várias tendências dominantes, das quais a constituição interna de relações mercantis, ligadas ao mercado global, apoiadas então pelo Estado autoritário, era a principal até bem pouco tempo.

Ainda assim, a discussão sobre as diferentes etapas do desenvolvimento colonial e sua ligação com o processo de expansão da civilização ocidental não parou desde que o país entrou definitivamente na era moderna (Ianni, 1978, 1993). O mesmo ocorreu em nível microsociológico quanto à compreensão da questão do papel do campesinato e dos pequenos produtores no processo de mercantilização (Martins, 1979). Chega-se à conclusão de que não se pode reduzir a questão da sobrevivência de modos tradicionais de vida à mera perspectiva de resistência ou subordinação à acumulação capitalista ou à pergunta se as relações pré-capitalistas se compatibilizam ou não com a acumulação de capital (Cardoso, 1977).

Assim, as particularidades sócio-econômicas da Região Amazônica não podem ser captadas apenas com análises derivadas do processo de globalização do

capitalismo clássico, como tentaremos demonstrar no que segue.

## ORIGENS COLONIAIS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

O desenvolvimento de relações de produção capitalista ou de tipo capitalista, em determinadas regiões de países antigamente coloniais, está historicamente em estreita ligação com a expansão global das metrópoles, seus estilos de vida e formações econômicas. Esta ligação existe desde a constituição do sistema colonial, que representa um importante mecanismo de acumulação original de riquezas e poder (Weber, 1973).

A integração destas regiões, incluindo a Região Amazônica, numa divisão global do trabalho baseada na mercantilização dos modos de produção, reflete-se como fato empírico, numa série de questões teóricas, a serem exploradas no que segue.

## DA ECONOMIA NATURAL À ECONOMIA MERCANTIL

Não é a **unidade** dos homens vivos e ativos com as condições naturais não orgânicas de seu metabolismo com a natureza (...) que exige explicação, ou que é resultado de um processo histórico; mas sim, o que exige explicação é a **separação** entre ambos, posta completamente apenas na relação de trabalho assalariado e capital (Marx, 1977a, p. 37).

Consideremos mais de perto relações pré-capitalistas típicas, distinguindo para tal fim dois tipos de produção: economia natural, de cunho local, e a economia mercantil, de cunho expansivo e globalizador. Existem determinadas formas de transição entre os dois tipos, os quais se

encontram em relação distinta para com o modo de produção capitalista.

No primeiro caso, os produtos entram no consumo local e imediato como valores de uso (individual e produtivo). A economia natural exclui a possibilidade de expansão, e a acumulação ocorre apenas como reserva individual ou coletiva para períodos de emergência, como é o caso dos rebanhos de gado em sociedades agropastoris. No segundo, os valores de uso produzidos são trocados entre produtores mais ou menos especializados, tornando-se mercadorias através do processo de circulação e/ou produção, o que pressupõe, obrigatoriamente, uma certa socialização da produção e sua expansão contínua.

A produção mercantil propicia o processo de globalização, ainda que às vezes apenas de maneira incipiente, já que a acumulação de riquezas fica na esfera da circulação, em geral nas mãos de usurários e negociantes. Não se trata aqui ainda de capital *stricto sensu* enquanto relação social, senão de um capital *in natura*, não mediatizado pela mercadoria força de trabalho.

Sendo assim:

- a destruição ou superação da economia natural (produção de valores de uso, subsistência) num lado e o desenvolvimento da economia mercantil (produção de valores de troca, acumulação) noutro, constituem condição prévia necessária para o estabelecimento e a expansão das estruturas de produção tipo industrial;

- a economia natural, quando fundamentada em desigualdades sociais e em relações de classe social, possui nestas mesmas relações o motor do seu desenvolvimento mercantil, visto ser propício à produção de excedentes;

- a mercantilização da economia

cria e/ou reforça a estratificação social, caso a concorrência entre os produtores não for controlada pelo Estado, como era o caso nos ofícios artesanais antigos, regulamentados em corporações. Desenvolvem-se os interesses dos seus agentes que começam a tirar proveito das possibilidades de enriquecimento ora abertas:

- a economia natural, na sua forma mais desenvolvida (isto é, produtora de excedentes comercializáveis), cria contradições que abrem o caminho para a sua transformação mercantil e capitalista. Estas contradições se mostram na diferenciação progressiva dos produtores dentro da estrutura social, entre proprietários de meios de produção e elementos mais ou menos dependentes destes, até se chegar à polarização parcial ou completa em possuidores dos principais meios num lado e trabalhadores assalariados noutro.

A cada um destes tipos de economia correspondem dois tipos de propriedade.

A economia política confunde, a princípio, dois tipos diferentes de propriedade privada: uma que se sustenta no trabalho próprio do produtor, e a outra que se baseia na exploração do trabalho alheio. Ela esquece que esta última não apenas representa o oposto da primeira, mas que cresce somente no seu túmulo (Marx, 1977a, p. 240).

Capital, enquanto relação social entre proprietários de meios de produção e produtores diretos imediatos, se forma apenas onde estes últimos tenham perdido a propriedade sobre seu trabalho e sobre o produto deste.

Tais relações já se encontram, esporadicamente, em tempos muito anteriores à era moderna, ainda que limitadas a espaços localizados. En-

quanto forma geral predominante de uma época, porém, devem ser desenvolvidas não apenas localmente, mas sim em grande escala (Marx, 1977a, p. 45).

A propriedade privada de tipo pré-capitalista, ligada principalmente à terra, existe historicamente tanto na sua forma livre quanto nas formas dependentes, de tipo feudal, dependência esta que existe também nas suas variantes coloniais, como no caso da Amazônia, por exemplo, no sistema de aviamento. Ela encontra-se em contradição com estruturas mercantis e impede objetivamente o seu desenvolvimento. Sua extinção se torna, portanto, uma condição necessária, ainda que não suficiente, para o funcionamento dos mecanismos do processo de acumulação capitalista.

Se o trabalho livre e a troca deste trabalho livre por dinheiro (...) é condição prévia para o trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital, então a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização - dos meios e dos materiais de trabalho - é outra condição anterior indispensável. Portanto, trata-se, sobretudo, da separação do trabalhador de sua terra, tomada esta como seu laboratório natural (Marx, 1977a, p. 3).

## A MERCANTILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Antes da era capitalista, pelo menos na Inglaterra, o pequeno empreendimento funcionou na base da propriedade privada do trabalhador dos seus meios de produção. A chamada acumulação originária consistia aqui na expropriação do produtor imediato, i.e. na dissolução da propriedade privada baseada no trabalho próprio... Esta dissolução, esta trans-

formação dos meios de produção individuais e dispersos em meios sociais e concentrados, **forma a pré-história do capital**. Quando ocorre a transformação dos trabalhadores em proletários, e de suas condições de trabalho em capital (...), a socialização do trabalho e a contínua transformação da terra e de outros meios de produção (em capital), a expropriação dos proprietários privados ganha uma nova forma. O que há de ser expropriado agora não é mais o trabalhador autônomo, mas sim o capitalista explorador de muitos trabalhadores (...). De mãos dadas com essa concentração, com essa expropriação de muitos capitalistas por poucos, se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em dimensões cada vez mais ampliadas, a consciente aplicação tecnológica da ciência, a exploração planejada (...) da terra, a transformação dos meios de trabalho em tais que só podem ser usados em comum e a economia de todos os meios de produção pelo seu uso como meios de produção comuns e combinados para o trabalho social (Engels, 1956, p. 58).

Na citação acima, temos um relato sobre a própria expansão mercantil e capitalista em determinadas situações históricas, quando se transformam as condições objetivas da produção. Transformação que não pode ser vista, no modelo clássico, como resultado do próprio processo de produção capitalista, pelo contrário, ela aparece como seu pressuposto fundamental e necessário. Há uma relação entre a desagregação de relações de produção que pressupõem a propriedade do trabalhador direto, e a acumulação de riquezas, sendo que essas últimas ajudam, quanto mais vultuosas forem, acelerar a dita desagregação, à medida que se colocam como intermediá-

rias entre as condições objetivas e as formas vivas de trabalho. As condições objetivas são representadas sobretudo por alimentos, matérias primas e instrumentos de produção, cuja aquisição depende cada vez mais do dinheiro.

No exemplo histórico clássico, a expropriação do produtor autônomo inglês aparece como resultado do seu próprio desenvolvimento material, que num determinado momento transborda seus limites locais, naturais. Forçado a expandir e socializar sua produção, quando se diversifica a divisão do trabalho, o produtor ingressa inicialmente num mercado local, satisfazendo crescentemente suas necessidades pela troca e cada vez menos pelo autoconsumo. A partir daí, as próprias leis mercantis começam a predominar na produção e a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios sociais e concentrados aparece como caminho de desenvolvimento real.

Movimentamo-nos, até agora, na pré-história da globalização mercantil, quer dizer em formas pré-capitalistas (neste caso produção simples de mercado), cujo desenvolvimento natural, mas contraditório, prepara o terreno para uma possível formação original do capital que é histórica, e significa ser dependente de grupos sociais que a possam aproveitar, em nosso caso, grupos que conseguiram acumular riquezas pelo comércio, usura e, em casos excepcionais, pelo trabalho próprio.

Há de se distinguir bem os dois momentos: a transformação da autonomia do trabalhador em condições de dependência ("proletarização"), e a transformação de suas condições de trabalho em capital. O segundo momento pressupõe o primeiro, o capital não cria o proletário, mas o encontra, batendo na sua porta e

oferecendo sua força de trabalho.

### **CAPITALIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DO PRODUTOR DIRETO**

De um lado da relação social o trabalhador dependente, de outro, os meios de produção apropriados por uma elite. Quando estes meios aparecem na sua forma mais abstrata (em dinheiro) já pressupõem, implicitamente, relações de troca relativamente desenvolvidas, onde meios de consumo e de produção aparecem como mercadorias. Em suma, mesmo que as relações de produção estejam ainda ligadas a modos de vida pré-capitalistas, o capital existe, desde que haja circulação de mercadorias. Mas como é que estas duas condições se relacionam entre si?

Nada poderá (...) ser mais estúpido do que conceber a **formação original** do capital como se significasse a acumulação e criação das **condições objetivas da produção** – alimentos, matérias-primas, instrumentos – que teriam sido, então, oferecidas aos trabalhadores delas despojados. O que ocorreu, na verdade, foi que a riqueza monetária ajudou em parte, a privar a força de trabalho dos indivíduos dessas condições (...). O resto desse processo de separação ocorreu sem a intervenção da riqueza monetária (...). No que se refere à formação da própria riqueza em dinheiro, antes de sua transformação em capital, pertence esta à pré-história da economia burguesa (Marx, 1977a, p. 49).

A relação entre as duas condições é histórica, pois é anterior ao processo de produção capitalista; ela tem como motor o antagonismo nas condições de produção materiais em espaço e tempo determinados. Ambas – a acumulação de riquezas e a separação dos trabalhadores dos meios

de sua vida – convergem nas suas formas puras, e como pólos extremos, existem apenas na abstração; desenvolvem-se em condições históricas concretas, dando coloridos diferentes ao modo de produção mercantil. Tal processo dificilmente ocorre de maneira “natural”, visto que medidas regulamentares do Estado o aceleram ou o freiam. A legislação “sangüinária” na Inglaterra daquela época é um exemplo histórico para o primeiro caso. Assim, no século XVI, decreta-se, por exemplo, a obrigação ao trabalho, e quem o recusa deve passar a ser escravo daquela pessoa que o denunciou por “vadiagem”.

No entanto, o processo de proletarização, forçado ou não, por si só não é suficiente, se a força de trabalho liberada não for introduzida nos novos ramos produtivos. As medidas adotadas para que esta “integração” forçada ocorra nada têm de suave, e o consentimento livre do trabalhador constitui mais a exceção do que a regra; a escravização nas colônias que o confirme.

O produtor dependente e escravizado não produz capital ainda que produza mercadorias, dinheiro, riquezas, que se transformarão em capital no processo de circulação mercantil. Fato que fica bem claro quando observamos como exemplo as primeiras estruturas brasileiras de acumulação interna ligadas à plantação de café. A disposição de trabalhadores assalariados, na sua maioria imigrantes e em menor número ex-escravos, era, isso fica bem patente, condição indispensável e não como se admite, às vezes erroneamente, uma simples “alternativa” às estruturas semi-feudais e de escravatura (Furtado, 1979).

## O PAPEL DAS COLÔNIAS NA EXPANSÃO EUROPÉIA

Quando consideramos os processos históricos iniciais da globalização mercantil, temos no sistema colonial um papel decisivo:

A descoberta dos 'países de ouro e da prata' na América, o extermínio, a escravização e o enterro da população nativa nas minas, o comércio da conquista e da pilhagem da Índia Oriental, a transformação da África num recinto de caça comercial aos 'peles-negras' designam a aurora da era de produção capitalista. São estes processos idílicos os momentos principais da acumulação primitiva (Marx, 1977b, p. 779).

O que era válido para as colônias não deixava de sê-lo para as metrópoles. Numa crítica sarcástica da historiografia econômica de sua época, o velho barbudo escreve:

Na história real, a conquista, a subjugação, o assassinato, numa palavra: a violência, desempenham, como se sabe, o papel principal. Na suave economia política, porém, reina desde sempre o idílico. Segundo ela, o 'direito e o trabalho' eram, desde sempre, os únicos meios de enriquecimento, com exceção do ano em curso, evidentemente. De fato, os métodos da acumulação primitiva são tudo – menos idílicos (Marx, 1977b, p. 743).

## O CARÁTER DO MERCADO INTERNO NAS COLÔNIAS

Nas áreas colonizadas, o ponto de partida não será formado internamente por estruturas de economia natural, quando abstrairmos das comunidades indígenas ou as considerarmos como meras fornecedoras de mão-de-obra. As relações de produ-

ção apoiam-se desde o início em formas pré-capitalistas que possuem caráter mercantil, à medida que o seu mais-produto entra no comércio global que as criou e em cima do qual retroagem agora.

Em alteração à forma clássica "inglesa", que se apoia em primeiro lugar na pequena produção artesanal de tipo urbana e camponesa, encontramos aqui a produção de mercadorias numa base mais alargada, em forma de empresa colonial, devido aos próprios objetivos coloniais de produção, já que a colonização foi um empreendimento planejado, respondendo a uma necessidade nova, decorrente da expansão ultramarina.

Essas empresas antecedem o próprio desenvolvimento da produção capitalista generalizada. No entanto, como não produzem "em sociedade", isto é, não servem uma à outra, mutuamente, como mercado, mas sim como empreendimento colonial individual, coincidem na maioria das vezes com uma determinada região à qual se limitam, representando um apêndice do mercado metropolitano em vias de globalização.

## A DIVISÃO DO TRABALHO COMO BASE DO MERCADO INTERNO

Outras condições se referem às bases materiais e técnicas do desenvolvimento do mercado nas suas diferentes etapas. Assim, na sua forma clássica, "inglesa", a manufatura surge do artesanato desenvolvido, a grande indústria por sua vez nasce da manufatura.

Num lado a manufatura introduz ou continua a desenvolver a divisão do trabalho num processo de produção, noutro lado ela combina ofícios antes separados. Em todo caso, o artesanato e os ofícios são a sua condição prévia, já que, de maneira ge-

ral, a manufatura permanece artesanal e, portanto, dependente da força, virtude, velocidade e segurança do trabalhador individual e do manuseio do seu instrumento. O artesanato continua sendo a base (Marx, 1977b, p. 358).

Os ofícios artesanais, porém, desenvolvem-se em plenitude somente a partir da atividade de produtores autônomos, livres. As condições coloniais apresentam aqui limitações particulares, sobretudo no que se refere às liberdades profissionais, nas quais, os ofícios, o artesanato, o trabalho manual, de maneira geral, são muitas vezes exercidos por escravos e outras categorias de trabalhadores não-livres.

No começo do desenvolvimento capitalista, as relações produtivas não são apenas intensivas em mão-de-obra, mas também qualitativamente distintas da indústria plenamente desenvolvida. Elas assentam – naquela fase – sobretudo nas capacidades dos produtores diretos devendo existir, portanto, como condição prévia.

Seria, porém, ingênuo de se postular etapas necessárias e subseqüentes que todas as sociedades, em que se desenvolve a produção mercantil, deviam percorrer. A penetração de determinados processos de trabalho subdivididos, por exemplo, que se dá em determinadas regiões consideradas subdesenvolvidas, baseada principalmente na fragmentação dos processos de trabalho, quebra esta limitação, ainda que não possa prescindir, como condição absoluta da existência de força de trabalho proletarizada. Os modernos enclaves de produção industrial o testemunham. Do mesmo jeito, a diferenciação e divisão social do trabalho assenta em certas condições, que não avançam de maneira mecânica, do desenvolvimento populacional:

Assim como uma certa quantidade de trabalho aplicada simultaneamente constitui condição material prévia para a divisão do trabalho dentro da manufatura, o tamanho e a densidade da população constituem tal condição para a divisão dentro da sociedade. No entanto, a densidade é algo relativo. Um país povoado com relativa dispersão, mas que tenha meios de comunicação desenvolvidos, possui uma população mais densa do que um país populoso que tenha meios de comunicação pouco desenvolvidos (Marx, 1977b, p. 373).

A própria divisão do trabalho em suas diferentes escalas sociais reage, por sua vez, sobre a estrutura social:

O fato da produção e circulação de mercadorias constituir o pressuposto geral do modo de produção capitalista, faz com que a divisão manufatureira do trabalho impulse uma divisão de trabalho, já até certo ponto amadurecida no interior da sociedade. Em contrapartida, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica aquela divisão social de trabalho. Concomitantemente com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciaram-se, pouco a pouco, os ofícios que produzem estes instrumentos (Marx, 1977b, p. 374).

#### O PAPEL DA ESCRAVIDÃO NA EXPANSÃO MUNDIAL DO SISTEMA MERCANTIL

O “renascimento” da escravidão desempenha um papel importante no advento da indústria. “Enquanto introduziu a escravidão infantil na Inglaterra”, escreve Marx (1977b, p. 787) “a indústria algodoeira impulsionou ao mesmo tempo a transformação da economia escrava, antes mais ou menos patriarcal, para um sistema de



exploração comercial nas Américas. De maneira geral, a escravização disfarçada dos trabalhadores assalariados na Europa necessitava como fundamento da escravidão 'nua e crua' no novo mundo".

À primeira vista é difícil compreender que no sistema escravagista não se trate, desde já, de reprodução de capital. Esta dificuldade se mantém enquanto tratarmos o capital nos seus simples aspectos econômicos e não como uma relação social que apresenta possibilidades de desenvolvimento e de acumulação econômica, exatamente pela mercantilização da força de trabalho. No entanto, o caráter pré-mercantilista das relações baseadas na escravidão, permanece apenas na sua forma. A natureza capitalista das relações de trabalho pode, aqui e desde já, refletir-se na cabeça dos exploradores e observadores da exploração.

Todo o sobretrabalho do trabalhador, representado aqui pelo mais-produto, é extorquido do escravo diretamente pelo proprietário de todos os instrumentos de produção, que incluem o terreno e, na forma original da escravidão, os próprios produtores imediatos. Onde predomina o ponto de vista capitalista, como nas plantações americanas, toda a mais-valia é concebida como lucro; onde não existe o próprio modo de produção capitalista, esta mais-valia aparece como renda da terra (Marx, 1977b, p. 812).

Ainda que as relações de produção baseadas no trabalho escravo se movimentem dentro dos moldes pré-capitalistas, no sentido colocado, reconhece-se nelas, desde seu surgimento, certos germes de relações de produção capitalistas, os quais se exprimem, inclusive, nas aparências da relação de produção concreta:

No trabalho de corveia, o trabalho do servo para si mesmo distingue-se, em períodos de tempo, (...) do seu trabalho forçado para o dono da terra. No trabalho escravo mesmo aquela parte do dia do trabalho, em que o escravo apenas substitui o valor de seus próprios víveres e em que ele trabalha, portanto, de fato para si mesmo, aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, pelo contrário, o próprio sobretrabalho não pago, aparece como se fosse pago. Lá, a relação de propriedade esconde o trabalhar-pará-si-mesmo do escravo, enquanto aqui a relação de dinheiro esconde o trabalhar-gratuito do trabalhador assalariado (Marx, 1977b, p. 562).

No entanto, o sistema escravagista era, em geral, dispendioso e limitava-se principalmente ao setor de exportação colonial, baseada normalmente na agricultura em grande escala. Estima-se que a proporção de escravos no século XVIII era de menos de um quarto da população total (Furtado, 1979, p. 30). A compra de escravos significava um gasto improdutivo de capital.

O preço pago pelo escravo é nada mais de que a mais-valia ou lucro antecipado e capitalizado, que deverá ser extraído dele. Mas o capital gasto na compra do escravo não pertence àquele capital pelo qual se extrai lucro, mais-valia, do escravo. Pelo contrário, é capital do qual o comprador do escravo se tem alienado, é uma subtração do capital do qual aquele dispõe na produção real. Ele deixou de existir para aquele, do mesmo modo como o capital gasto na compra da terra deixou de existir para o agricultor (Marx, 1977b, p. 817).

Assim, outras relações de tipo feudal serviam para diminuir os gastos an-

tecipados de mão-de-obra. A divisão de trabalho colocava o escravo naquelas tarefas que podiam ser controladas com mais facilidade. Outra questão é que, enquanto a liberdade do trabalhador assalariado pressupõe a venda de sua força de trabalho, ela significa para o escravo a recusa de qualquer trabalho. Deste fato derivam as dificuldades concretas que resultam quando da transformação do escravo em trabalhador livre, já que para este a liberdade estava associada ao lazer e não ao trabalho (Martins, 1979).

#### A ARTICULAÇÃO COLONIAL DA FORÇA DE TRABALHO

A produção de riquezas em forma de mercadorias que se transformariam em capital nas mãos dos comerciantes europeus: era esse o caminho de todo empreendimento colonial. O tipo de produtos considerados úteis pelas metrópoles e o modo de exploração por elas exercidas nem deixaram pensar, inicialmente, em empreendimentos individuais, familiares, baseados na produção simples de mercadorias que garantissem a simples subsistência ou até acumulação em pequena escala. Pelo contrário, precisava-se de exércitos de trabalhadores tanto quanto de soldados para se produzir as ditas utilidades. A pequena exploração agrícola e artesanal era, portanto, um simples apêndice do empreendimento colonial, e apenas em casos raros existiu de maneira autônoma.

Apêndice significa nada mais do que uma determinada dependência que surge da dominação do grande empreendimento em cima do pequeno produtor, relação fundamental, constituinte, da produção mercantil. Em todo o caso é a força, a violência, que constitui o meio mais apropriado para transformar os produtores

imediatos em produtores de mercadorias. Escravidão, relações de dependência de tipo feudal e limitações legais para a apropriação de terras constituem algumas das formas mais usadas.

Nos países já há muito civilizados, o trabalhador, embora livre, depende do capitalista por lei natural; nas colônias, esta dependência deve ser criada artificialmente (Marx, 1977b, p. 789).

É claro que nem todas estas medidas podem ser aplicadas sem limitações e rigorosamente, menos ainda quando se quer atrair colonos livres, embora não fosse este o caso do Brasil. Assim, surgem em muitas regiões, sobretudo naquelas mais inacessíveis e dificilmente controláveis – lá onde as terras se encontram disponíveis praticamente sem limites, como é o caso da Amazônia – estruturas de subsistência relativamente autônomas, sustentadas por colonos livres, escravos libertos ou fugidos, tendo como exemplo famoso os quilombos, verdadeiras repúblicas na selva, que freqüentemente se encontravam em pé de guerra com a administração colonial.

Enquanto nas colônias espanholas a exploração de metais e pedras preciosas alcançava seu primeiro auge, já no século XVI, não conhecendo escassez de mão-de-obra, pela facilidade de “fixação” do indígena escravizado nas minas, os portugueses ainda procuravam uma possibilidade lucrativa real no subcontinente recém-descoberto.

Foi a sua própria experiência de produção, juntamente com a conquista de novos mercados, que norteou o rumo a ser tomado no Brasil. Iniciavam um ciclo produtivo de cana, com a qual já haviam tido êxitos nas ilhas do Atlântico (Madeira, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Prínci-

pe), e cuja técnica de transformação produtiva estava bastante desenvolvida.

O fundamento de tudo isso, a mão-de-obra, constituiu, no entanto, um problema. A impossibilidade de impor um monopólio total sobre o uso da terra dificultava tanto a aplicação de trabalho assalariado quanto a de relações de tipo feudal.

Sob pressão, sobretudo inglesa, em cima do mercado de produtos coloniais, introduziu-se a escravidão como relação de trabalho, embora não sendo a única. Os engenhos "mantinham, ademais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos". Em média, havia um assalariado por cada dez escravos (Furtado, 1979, p. 44). O fornecimento de lenha e outros produtos básicos para esses engenhos estava na maioria das vezes a cuidado de colonos que povoavam as proximidades, em boa parte imigrantes.

A forma econômica primitiva e original que melhor correspondeu às possibilidades da ocupação inicial do território brasileiro era a "feitoria, estabelecida na costa, que não é mais do que um ponto de embarque de madeira abatida nas matas próximas e para aí transportada" (Sodré, 1978, p. 17). Ela era relativamente fácil de ser assegurada militarmente; um tipo de exploração correspondente inclusive ao tipo de mão-de-obra disponível: indígenas, sem fixação na terra, foram "compelidos" à troca ou até forçados a trabalhar sob ameaça de suas vidas, quando havia possibilidade de controle, como era o caso nos pontos de embarque e seus arredores.

Essa produção, no entanto, cobria apenas parcialmente os custos de controle social e proteção militar dos empreendimentos colonizadores. É sintomático que muitas destas tentativas de colonização

falharam devido à insuficiência de meios de subsistência. Além disso, a própria resistência do indígena contra qualquer tipo de trabalho forçado não proporcionou nenhuma possibilidade de desenvolvimento próprio a esses empreendimentos.

## GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE REGIONAL

### DEPENDÊNCIA E FORMAÇÃO SOCIAL

No desenvolvimento capitalista clássico, uma divisão interior à sociedade faz nascer um setor especializado em meios de produção, que se torna cada vez mais o motor da acumulação. Uma análise da divisão global do trabalho que assenta no sistema colonial historicamente crescido, mostra que a formação daquele setor produtivo se retardou ou era minado na "periferia" do sistema global, quando do seu surgimento "natural", fazendo com que se estabelecesse um atraso tecnológico contínuo. Este fato alterou inclusive os traços essenciais da formação social.

Trata-se menos de subdesenvolvimento propriamente dito do que de uma destruição do desenvolvimento autônomo. É que este, quando apareceu, teve como base material, por um lado, o latifúndio e a burguesia mercantil, e por outro, principalmente escravos libertados, mão-de-obra ligada à produção de subsistência e às estruturas de serviços e de produção artesanal. Originalmente, estes últimos se compõem sobretudo do excedente populacional das metrópoles.

A atração de uma colônia para esses elementos consistiu na existência de possibilidades de produção relativamente autônomas, ou melhor dito, estas foram prometidas como tais pelas empresas colonizadoras. Nas metrópoles, onde faltava

um excedente de trabalhadores livres, como era o caso por muito tempo de Portugal, a colônia devia-se valer principalmente do trabalho não livre ou ia-se buscar um excedente proletarizado de outros países, como aconteceu no Brasil já como nação independente, a partir da virada do século passado, principalmente nas plantações de café. Neste caso, a submissão de um processo de desenvolvimento interno, relativamente autônomo, pela "integração" mais efetiva possível dos processos de acumulação primitiva que surgem – às quais pertence a própria abolição da escravatura – se deu na divisão globalizada do trabalho, articulada em moldes neo-coloniais, constituindo um elo essencial do desenvolvimento chamado de dependente e, sendo usualmente dirigido por um aparelho estatal repressivo, processando-se, no nosso caso, em favor de monopólios transnacionais e dos Estados que lhes deram sustento.

#### **ANEXAÇÃO DE ESTRUTURAS LOCAIS AO MERCADO GLOBAL**

Voltemo-nos agora para as possibilidades de desenvolvimento da produção mercantil dependente, chamando a atenção, em primeiro lugar, para o lado socio-técnico do problema.

Os produtores e empresas anexados ao mercado global e reunidos em estruturas locais, maiores ou menores, entrelaçaram-se inicialmente apenas na medida necessária para a comercialização conjunta de sua produção. Foram abastecidos, em boa parte, com víveres e meios de produção diretamente a partir das metrópoles.

Uma divisão de trabalho interna, enquanto necessidade de sobrevivência, surgiu somente na medida em que a troca

colonial clássica entrou em crise. O desenvolvimento histórico encontrou aqui uma certa inversão, embora temporária, passando da economia mercantil para uma economia de tipo natural, assegurando em última instância as condições mínimas de subsistência.

Algumas dessas estruturas desenvolvidas em períodos<sup>1</sup> de crise (que se devem, via de regra, à queda de preço do produto colonial no mercado de destino) foram dissolvidas quando da retomada da produção colonial ou se integraram conforme sua diferenciação interna, dentro de novos processos globais de produção, quer completamente, quer com certos elementos e fatores.

O processo de desenvolvimento das forças produtivas apresentou-se, em geral e nas estruturas de tipo dependente, de maneira descontínua, freqüentemente mostrando até retrocessos objetivos. A produção mercantil colonial pôde existir assim, via de regra, apenas em ligação com uma economia de subsistência que serviu como uma rede de segurança para seus elementos mais importantes: as pessoas e sua força de trabalho.

O fato desta economia de subsistência existir pelo trabalho próprio, em geral à base da propriedade comunal ou individual, dificultou a formação de relações mercantis, já que o elemento básico (o trabalhador livre), ainda estava por nascer em processos de acumulação primitiva por vezes demorados, separando-o de sua propriedade, no sentido mais amplo da palavra.

As próprias estruturas que comportam o desenvolvimento mercantil e capitalista, voltado para dentro, indispensáveis para este, constituíram-se, na Amazônia, na pequena produção extrativista,

agrícola e artesanal. Basearam-se, pelo menos em parte, na escravidão e servidão, e em pequenos produtores proprietários.

#### DUALISMO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Para nossos fins, devemos distinguir o local e o global como duas faces de um único processo:

- nas metrópoles em expansão global, tratava-se do processo de expropriação do produtor rural e artesanal, de sua separação dos meios de produção; portanto, tratava-se daquilo que é a chamada acumulação primitiva *strictu sensu*, o próprio processo de surgimento do capital enquanto relação social dominante;

- as condições existentes nas estruturas coloniais locais (aqui não ocorreu o mesmo). Houve um regresso para formas de produção pré-capitalistas como a escravidão e outros gêneros de trabalho forçado.

As formas de produção acima expostas chegaram a impedir, localmente, até o surgimento de relações capitalistas clássicas, mesmo as produtoras de riquezas que entrassem na circulação mundial como mercadorias. Estes modos produtivos cederam lugar à globalização das relações mercantis apenas quando processos de proletarianização, ocorridos no seu interior, passaram, eles mesmos, a constituir processos de acumulação primitiva. A transformação do escravo em trabalhador assalariado era um deles. Escreve um historiador:

Em que é que dá a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Enquanto não significar a transformação imediata do escravo e do servo em trabalhador assalariado, portanto mera troca de forma, ela quer dizer apenas a expropriação dos produtores imediatos, isto é, a dissolução da propriedade privada

baseada no trabalho próprio (Marx, 1977b, p. 789).

As contradições entre as formas pré-capitalistas de produção e seu conteúdo monetário alcançaram sua maior expressão na constituição do sistema mercantil. Nas condições dadas, apareceram como um tipo de dualismo social e econômico: num lado, essencialmente produção “moderna” de mercadorias, noutro, produção “tradicional” de subsistência. A primeira se apoiou, via de regra, em diversas espécies de trabalho não-livre e/ou assalariado, enquanto a segunda era formada, em geral, por trabalhadores livres que produziam em estruturas familiares de tipo camponês/caboclo.

São, portanto, esses os fatos aos quais se reduz, essencialmente, a visão do dualismo em estruturas coloniais: a produção de subsistência – tendo como possível consequência a formação de um mercado interno baseado na produção excedente – e a produção de exportação, desenvolvendo-se separadamente, ainda que em interdependência mútua. O setor de exportação assume o papel dominante, tanto no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas quanto em relação à ampliação das necessidades, materiais e culturais, iminentes ao caráter mercantil-internacional do sistema.

A condução destas estruturas contraditórias e complementares não pode ser reduzida a uma imposição do exterior sobre a configuração interna, já que as relações de classe internas não podem ser produzidas nem reproduzidas mecanicamente através de quem quer que seja. A Cabanagem ensinou isto de uma vez para sempre.

#### SURGIMENTO DE FORMAÇÕES TRANSITÓRIAS

No tratamento de sociedades de

origem colonial, encontramos dificuldades que derivam à primeira vista da impossibilidade de enquadrar os sistemas sociais naqueles esquemas de desenvolvimento histórico pré-fabricados, dos quais o cientista dispõe, dentro de certos limites, quando da análise do modelo de desenvolvimento europeu (por exemplo, transição bem delimitada do feudalismo ao capitalismo).

Certos tipos transitórios do capitalismo central se reproduzem como tipos principais nas estruturas sociais dependentes como, por exemplo, na Amazônia, o aviamento e outras formas pseudo-feudais a serviço do mercado. São formas de trabalho e de produção próprias que tentam preservar sua autonomia ao mesmo tempo que dependem de fatores exteriores a elas, constituindo, hoje, a economia informal que abriga a maioria dos brasileiros.

Tais dificuldades de análise não se apresentam enquanto as regiões mundiais colonizadas são vistas como mero apêndice da chamada expansão capitalista, pois não preocupa, neste caso, o desenvolvimento interno dessas regiões. Seu lugar histórico parece determinado: na dependência periférica. Se quisermos analisar, porém, as condições e condicionamentos internos que determinam a marcha dos acontecimentos nestas áreas dependentes dos centros globais, podemos utilizar aquelas teses esquematizadas, derivadas da análise do desenvolvimento "clássico", apenas de forma mediatizada e com ajustamentos criativos.

A questão que se põe, então, é a da reprodução social sob o domínio de monopólios globais, assim como dos rearranjos que as estruturas locais sofrem nesse processo.

Encontramos nas colônias, particularmente nas portuguesas, formações sócio-econômicas, tidas classicamente co-

mo transitórias, concebidas nem claramente ao modo de produção feudal nem ao mercantil-capitalista, às quais estão conjugados elementos pré-feudais como o trabalho escravo, constituindo-se tipos principais para esta formação social. Estes elementos correspondem às necessidades e possibilidades do desenvolvimento dependente e neo-colonial.

As bases materiais do desenvolvimento destas formas "transitórias" e seus tipos principais cristalizaram-se, alteraram-se, retrocederam e subsumiram-se às mais variadas relações de produção e às forças sociais ligadas a estes no decorrer da história.

As formas pré-capitalistas encontradas nas sociedades coloniais, embora estejam a serviço da acumulação metropolitana, não constituíram por si só uma produção mercantil interna, embora possam ter servido como ponto de partida de uma futura acumulação primitiva, para a qual forneceram determinados elementos materiais, sociais e culturais.

A propriedade privada do trabalhador dos seus meios de produção é a base do pequeno estabelecimento, este por sua vez uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade do próprio trabalhador. No entanto, este modo de produção existe também dentro da escravidão, servidão e outras relações de dependência. Mas ela apenas aflora, conquista sua forma clássica lá onde o trabalhador é livre proprietário privado, o camponês do seu terreno que cultiva, e o artesão do instrumento que ele domina virtuosamente (Marx, 1977b, p. 789).

UM SISTEMA COMPLEXO DE ADAPTAÇÕES *SUI GENERIS*

É sobretudo nas “costuras” que ligam o sistema mercantil com o setor de subsistência que aparecem formas “estranhas”, não clássicas – de apropriação da mais-valia, apresentando adaptações próprias:

- em oposição ao modo de produção capitalista clássico, onde a renda da terra aparece apenas como parte de toda mais-valia produzida, nas colônias ela pode assumir todo o excedente e mesmo parte do produto necessário;

- a renda pré-capitalista da terra (em dinheiro, produto ou trabalho – é aqui a forma típica de apropriação de mais-valia) se apresenta em formas mais diversificadas, quando trabalho e produto não entram na circulação;

- este tipo de renda está na base das relações de classe em estruturas coloniais e constitui, visivelmente, um sobretrabalho gratuito para o proprietário. O grau de disciplinamento da força de trabalho determina seu conteúdo. Os meios de produção se confundem aqui com o terreno e, quando dele se distinguem, podem ser considerados como mero acessório.

O embasamento prático e, portanto, a análise teórica da formação do capital enquanto fato social “desvia-se” mais ou menos, nos diferentes “modelos” de desenvolvimento do processo clássico ocorrido na Inglaterra, embora permanecessem os seus elementos essenciais:

A expropriação dos produtores rurais, dos camponeses, de suas terras constitui a base do processo. Sua história assume diversas tonalidades nos diferentes países e percorre determinadas fases em seqüências diferentes e em épocas históricas distintas. Só na Inglaterra, que nos ser-

ve de exemplo, ela possui a forma clássica (Marx, 1977b, p. 744).

Tais relações se instalam por causa da insuficiência do monopólio da terra, que é abundante. Além disso, não se deu ainda a separação entre a agricultura e a indústria, cuja troca mútua estaria na base de um sistema mercantil interno. O fundo de consumo, como parte essencial da produção, não entra na circulação para poder ser trocado por salário monetário. O bloqueio do mercado interno é assim sintomático para estruturas de tipo dependente, já que está reservado para as mercadorias metropolitanas.

Torna-se possível, desta maneira, a “volta” às formas da economia de subsistência, sobretudo em épocas de crise de mercado. O mais-produto se converte, nestes casos, em gêneros de consumo interno para os produtores imediatos e seus eventuais padrões, sem serem necessariamente mediatizados pela troca.

Além disso, existem outras fontes de formação para estruturas de caráter natural voltadas para dentro. Este caráter se estende até a produção simples de mercadorias, complementada pela economia de subsistência, descansando ainda na propriedade dos meios de produção por parte do produtor imediato.

O velho mestre anota a este respeito, referindo-se às colônias de sua época:

O regime capitalista bate-se aí sempre com o obstáculo do produtor que, sendo possuidor de suas próprias condições de produção, faz a vida para si mesmo e pelo seu próprio trabalho, em vez de enriquecer o capitalista. A contradição entre estes dois sistemas econômicos diametralmente opostos agita aqui a sua luta. Onde o capitalista pode contar

ao seu favor com o poder de sua mãe-pátria, ele tenta acabar violentamente com o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio (Marx, 1977b, p. 792).

Assim, a relação que os donos de latifúndios constituíram com os pequenos produtores autônomos, que não dispuseram dos meios de produção para sua reprodução plena, era de fornecimento gratuito de trabalho. Já que não se tratava de estruturas de exportações estáveis, o interesse no fornecimento de trabalho gratuito limitava-se a determinados períodos. Em virtude de tal instabilidade não houve interesse em acabar completamente com o pequeno produtor e na sua substituição por mão-de-obra escrava ou assalariada.

Em nível de estrutura interna, trata-se de trabalhadores ligados por vários tipos de contratos de arrendamento ao dono da plantação, constituindo lá a força de trabalho predominante. Mesmo as grandes plantações e os engenhos tinham em geral não mais do que 50 escravos; ao lado deles havia plantações menores com 10 a 20 escravos e um conjunto de pequenos proprietários que forneceram sua matéria-prima aos engenhos e que tinham um, dois ou até nenhum escravo, tratando-se de explorações familiares. A terra era em geral comprada ou arrendada dos latifundiários.

Na sombra das plantações de exportação, desenvolveram-se pequenos estabelecimentos agrícolas, cuja finalidade era "prover um crescente sistema de comercialização interna, com alimentos e outros artigos básicos de grande necessidade" (Forman, 1979, p. 47). Estes eram conduzidos por rendeiros e parceiros, como também por pequenos proprietários que, além de trabalhar suas terras, constituíam a força de trabalho para as planta-

ções. O surgimento do campesinato estava, assim, estreitamente ligado à evolução de culturas comerciais. A formação de um campesinato de tipo mais independente, inclusive no que se refere a seu desenvolvimento e divisão de trabalho internos, tem sua origem no processo inverso, isto é, na decadência de estruturas mercantis, ou ainda em movimentos de revolução social.

O que se mostra, na prática histórica, é uma variedade de tipos sociais, todos eles subsumidos sob o conceito de campesinato, o que vai além da concepção da economia política clássica.

Como essa acumulação vinha se dando única e exclusivamente em função do mercado consumidor e, mais tarde transformador-industrial dos centros capitalistas, a formação social da colônia, ela própria, até nas suas etapas seguintes neocoloniais e imperialistas, passou necessariamente por períodos de instabilidade econômica os mais diversos, quando as estruturas produtivas afetadas pelas crises, aliás bem cíclicas (capitalistas), inevitavelmente se rearticularam em torno de uma dinâmica interna. Isto significava, no nível do processo de produção de mercadorias exportáveis, que determinadas categorias sociais, compostas por homens livres (inclusive escravos libertados, por hipótese, preferivelmente em épocas de crise dos produtos mercantis), passaram da venda de sua força de trabalho (diretamente, ou indiretamente, pela venda de produtos) para formas de produção voltadas para o auto-consumo, imediato ou mediatizado por um mercado interno, dependendo da divisão do trabalho que se estabeleceu em cada caso.

Formaria essa categoria um tipo diretamente dependente, seja de trabalha-



dores rurais, seja de até artesãos e pequenos comerciantes, dentro de relações de classe que ela mantinha com patrões e/ou compradores, dependendo sua reprodução, na maioria das vezes da concessão de terras e meios de produção por partes destes; isso faz com que a desarticulação dessas estruturas produtivas subsidiárias se dê no momento em que a produção mercantil exportadora entrou de novo em ascendência, num novo ciclo, liberando a força de trabalho necessário.

Outro tipo de pequena produção agrícola, e portanto de trabalhadores rurais, se constitui em dependência de atividades não agrícolas como, por exemplo, da mineração, que por natureza constitui um mercado consumidor para produtos alimentícios. Acreditamos que esse mercado chegou até a ser explorado por grandes empreendimentos à base de exploração servil, escravocrata ou até semi-capitalista, mas houve com certeza bastante espaço para produtores simples familiares.

Dentro desta formação mercantil pressupomos já o surgimento inicial de uma formação capitalista e de suas classes, pela primeira vez se confrontando um mercado interno (capitalistas e proletários "genuinamente brasileiros"). Até que ponto essa formação de classes se deve à desagregação de pequenos produtores, ou até que ponto ela se origina deste seu início (o que significa articulação de força de trabalho livre, migrante estrangeiro ou vindo de zonas de produção em decadência) sob o capital comercial que domina pouco a pouco a produção, teria que ser investigado.

Mas certamente, a formação e articulação dessa produção, grande ou pequena, se deu em bases mercantis, capitalistas, quando se inicia a circulação monetária, em forma de ouro ou de dinheiro. De

novo achamos mais oportuno não falar em "campesinato", tratando-se de trabalhadores rurais em relação mercantis ou semi-capitalistas, embora com traços camponeses (de subsistência).

Teríamos que verificar em que medida essa expansão ocorreu e até que ponto propiciou, talvez junto com outros fatos históricos (imigração, libertação dos escravos etc), a formação de um campesinato, se podemos falar assim, que nunca deixou de ser reserva de força de trabalho para as classes dominantes que se revezam no poder ao longo da história brasileira. Muitos migram para as grandes cidades e estabelecem-se por conta própria no setor de serviços da economia (Kowarick, 1977).

#### O DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS LOCAIS INTERNOS

Na prática já se antecipam, nestas condições, germes de relações entre patrões e trabalhadores, à medida que o sobreproduto se mercantiliza, isto é, a renda em dinheiro passa a ser a sua principal forma.

Neste caso, mudanças qualitativas ocorrem nas relações sociais e de classe.

Com a renda em dinheiro a relação tradicional e costumeira entre possuidores-patrões e trabalhadores-rendeiros que cultivam parte do terreno do proprietário, transforma-se, necessariamente, numa relação contratual e monetário pura (Marx, 1977c, p. 806).

O próximo passo pode resultar na formação de estruturas mercantis, ainda que incipientes. Este passo pressupõe, porém, um determinado nível do desenvolvimento da produção de mercadorias baseada no trabalho livre e a concomitante constituição de um mercado interno.

A questão central está no desen-

volvimento deste mercado. Determinados grupos sociais que ultrapassaram as fronteiras locais estão interessados na sua exploração. No entanto, as teorias que tomam o dualismo como ponto de partida de sua análise revelam a necessidade da visão de uma “estrutura unificada e única”, inerente ao desenvolvimento do mercado interno sob condições periféricas do processo de globalização (Oliveira, 1975). A estrutura “dupla” – segundo estas teorias – deve ser vista como uma unidade desde o início. Esta unidade junta capital e trabalho, e assim há de se perguntar qual o capital e qual o trabalho que se encontram e se condicionam.

Vimos que não se trata de um processo clássico: o capital pouco provém da acumulação interna. O trabalho sim, mas com traços culturais próprios. Esta “mistura” deu origem a uma variedade de relações de produção tipicamente regionais.

O mercado de consumo interno, embora considerado secundário, do ponto de vista da valorização do capital, é o principal quando se trata da ocupação do pessoal. Uma parte da força de trabalho existente se ocupa continuamente com a produção de gêneros e víveres, em base de estruturas de subsistência que pareciam inicialmente marginais. Estas estruturas formaram o setor “atrasado” em relação ao setor “moderno”, quase não apresentam desenvolvimento em suas forças produtivas; são “subdesenvolvidas”, não entram no produto nacional/colonial, não se expressam por números no saldo da balança comercial, mas, apesar de tudo isso, são indispensáveis.

Este setor se encontra sobretudo sob dominação do capital usurário e comercial, alimenta-o e possibilita a acumu-

lação de riquezas nas mãos de uma camada abastada, voltada para dentro. Seu desenvolvimento em determinados períodos de acelerada produção colonial, entrou em contradição com o setor de exportação, sempre que este tentou atrair a mão-de-obra ligada àquele para colocá-lo à sua própria disposição.

Com a repetição cíclica do movimento entre as duas partes da estrutura, um modo de convivência foi encontrado, entrelaçando as relações de dependência de tipo pré-capitalista com o setor de subsistência. No que se refere à Amazônia, ela apresenta resíduos de uma economia natural praticada pelo indígena e pelo caboclo. Fornecem força de trabalho dominada pelo capital mercantil em seus ciclos de expansão e retração, marcando as relações de produção que se estabelecem na região. A (des)reagregação da economia cabocla-camponesa provoca um fluxo constante de migração, colonização, baseada no extrativismo e na pequena lavoura. Trata-se de relações entre patrões e trabalhadores dependentes.

Camponeses, donos de terra, podiam estar amarrados ao dono da venda local através de dívidas ou de favores pessoais. Frequentemente o chefe político, o coronel, era uma espécie de patrão para os seus seguidores, que dele já tinham recebido favores e esperavam outros futuros. Um trabalhador de classe baixa sem patrão, de uma forma ou de outra, era um homem sem proteção em tempo de necessidade. O patrão conferia segurança social em alguma medida, geralmente a única forma de segurança disponível ao trabalhador (Wagley, 1963, p. 107).

O patrão exige dos seus trabalhadores apoio político, determina a divisão

do trabalho, e atribui para alguns parentes ou favorecidos funções de comércio e de distribuição em geral, o que dá a estes elementos a oportunidade de se sobressair e passar a trabalhar por conta própria.

## CONCLUSÃO

Tentamos delimitar aqui o campo histórico. Partimos do fato, óbvio e simples, de que a globalização se processa a partir de formas de expansão mercantil que a antecedem. Noutras palavras, onde quer que ela se desenvolva, assenta em modos pré-globais, isto é, em modos locais de produção. Este fato tem duas conotações:

- uma de ordem técnica, em que o modo pré-global aparece com estruturas de produção mais simples, no que se refere à diferenciação e ao desenvolvimento das forças produtivas, que são de tipo agroartesanal e industrial;

- outra de ordem histórica, onde as relações pré-globais aparecem como portadoras, dentro de si, das possibilidades e germes de desenvolvimento material em direção ao modo global de produção mercantil ou modos posteriores a ele (“Pós-capitalismo”).

Em estruturas pós-coloniais de produção, estes dois aspetos se configuram numa unidade inseparável, já que aqui se desenvolvem em ligação estreita com o desenvolvimento interno.

São fundamentalmente dois processos que se sobrepõem no tempo e no espaço, dando lugar às peculiaridades do processo de globalização nas antigas regiões coloniais:

- a destruição da economia natural e sua mercantilização;
- e a expansão de empresas globais concentradoras de recursos.

Esses processos estão na origem da constituição de um mercado de trabalho que já não se baseia unicamente no modelo industrial, mas apresenta traços de uma sociedade de serviços.

Constatamos, portanto, que a formação original das relações mercantis, que pressupõe a separação do trabalhador das condições objetivas do seu trabalho, se dá, em regiões de passado colonial, já numa fase de globalização, sob condições manipuladas e criadas mais ou menos conscientemente, com mais ou menos êxito, à imagem da expansão de valores externos, obedecendo aos condicionamentos sociais das épocas.

O fato destas regiões se encontrarem nos limites do processo histórico da globalização fez com que não tenha acontecido a formação “natural” de um mercado internamente estruturado. Pelo contrário, o caminho do seu desenvolvimento natural consiste na permanente articulação e destruição de sua pequena produção, pouco a pouco ou repentina, dependendo da rapidez do desenvolvimento da expansão globalizadora de certos produtos coloniais.

O surgimento do trabalho livre e a sua conexão às condições globais ocorre ao longo de toda a sua história sob formas ditas transitórias, baseado em pequenos produtores de mercadorias. A mercantilização das relações sociais não se completa nos moldes clássicos. Ela é, aqui, ponto de partida para o pequeno negócio por conta própria, impulsionado pelas condições miseráveis em que ocorre o assalariamento.

Certas categorias não conseguem vender no mercado sua força de trabalho, estabelecendo-se por conta própria, sobretudo no setor chamado de mercado informal ou economia popular. Camadas semi-

proletarizadas conseguem se estabelecer por “conta própria”, sem ter que recorrer ao assalariamento, usando para tal um mínimo de “capital”. Estas categorias de autônomos aparecem até como “empregadores” em oficinas de quintal, ambulantes e feirantes. Eles formam uma categoria social importante para o desenvolvimento do mercado interno e representam elementos de uma classe média, cuja evolução foi sufocada por séculos. Surge, assim, um novo tipo de economia popular, no momento em que receber algum estímulo.

Ligando um tal estímulo ao desenvolvimento em escala global, numa nova onda, cria-se um fenômeno irreversível, de tipo neo e/ou pós-capitalista.

Vimos que em nível mundial a subsunção de relações pré-globais (p.e. regionalistas) se (re)produz na dependência econômica das estruturas pós-coloniais. Apenas à medida que esta situação interna se modifica, surge a possibilidade do desenvolvimento (neo)capitalista a partir da auto-organização destas estruturas. Em nível regional, tais estruturais terão certamente traços neo-extratvistas e neo-tradicionais, inéditos.

Assim, a ligação entre o global e o local, entre o regional e o mundial, poderá impulsionar, mesmo na “periferia” do sistema, uma sociedade de serviços inteligentes e da pequena e média produção fabril, esta, no entanto, de peso residual. Afinal, a sociedade global é a sociedade da informação, isto é, de serviços baseados na inteligência e interação humanas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DI PAOLO, P. *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Berlin: Dietz-Verlag, 1956.
- FORMAN, S. *Camponeses, sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- IANNI, O. *A luta pela terra*: Petrópolis: Vozes, 1978.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *Formen, die der kapitalistischen produktion vorhergehen* [Formações econômicas pré-capitalistas]. Berlin: Dietz Verlag, 1977a.
- MARX, K. *Das kapital*. Berlin: Dietz Verlag, 1977b.
- MARX, K. *Das kapital*. Berlin: Dietz Verlag, 1977c. v. II.
- MARX, K. *Das kapital*. Berlin: Dietz Verlag, 1977d. v. III.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica da razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1975.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1963.
- WEBER, M. *Universalgeschichtliche analysen* [Análises da história universal]. Stuttgart: Kroener, 1973.